

Cresce a reação aos juros altos

WASHINGTON — Tanto nos meios oficiais quanto no mundo dos negócios dos Estados Unidos engrossa a corrente dos que se opõem à constante alta dos juros, que tão gravosamente incide sobre a dívida externa dos países pobres. Nos últimos 40 dias, por exemplo, o aumento de 1,5% nas taxas de juros norte-americanas representará, em um ano, um pufo de US\$ 1,050 bilhão para a dívida brasileira.

São somas que amendrontam e o próprio Executivo destaca sua oposição a essa alta, criticando acerbadamente a política da Junta de Reserva Federal, que nos Estados Unidos atua como banco central. Poucos, no entanto, acreditam que esse antagonismo surja de posições generosas ou compreensivas. Ao contrário, dizem que se trata de "pôr as barbas de molho" em vista da possibilidade muito séria de que os países pobres se unam, batam o pé e proclamem: "Nesses termos, suspenderemos o serviço da dívida até que os juros sejam mais razoáveis".

O presidente e mais alto funcionário executivo do Bank of America (o maior banco do mundo), Samuel H. Armacost, é o mais recente defensor das queixas latino-americanas. Discursando na inauguração de uma nova sucursal do seu banco, ele manifestou preocupação pelo efeito que a altas das taxas de juros pode ter sobre os países devedores, advogando "ajustes flexíveis" por parte dos bancos credores.

EMPENHOS DE REAGAN

O presidente Ronald Reagan deve-rá reunir-se com os presidentes dos principais bancos norte-americanos, nos próximos dias, para tentar convencê-los a frear novas altas nas taxas de juros preferenciais (*prime rate*), segundo informaram, ontem, fontes da Casa Branca. A decisão de Reagan de pedir pessoalmente aos banqueiros um maior controle das taxas de juros é o temor do governo norte-americano de que novas altas possam causar um impacto político capaz de prejudicar a sua campanha pela reeleição.

De acordo com o jornal *USA Today*, os estrategistas governamentais são de opinião que Reagan é a pessoa mais indicada para falar com os banqueiros, demonstrando, assim, sua amizade para com eles e alertando-os para a possibilidade de que novos aumentos nos juros poderão colocar em perigo outros quatro prováveis anos de presidência republicana.

CRÍTICA AO TETO

A idéia de se estabelecer um teto para a taxa de juros que os países do Terceiro Mundo pagam pelas suas dívidas externas foi criticada ontem pelo *Wall Street Journal*. Para o jornal, a idéia, que vem circulando nos meios financeiros internacionais, teria uma "eficácia duvidosa".

A sugestão somente teria algum valor como recurso para o cálculo realista dos totais dos empréstimos, disse o jornal, acrescentando que concorda

com a opinião de que as consequências das dívidas devem ser assumidas tanto pelos devedores como pelos credores e criticando a política de ajustes econômicos do FMI.

EXPLORAÇÃO

O presidente da Argentina, Raúl Alfonsín, em discurso comemorativo do 10º aniversário da Bolsa de Cereais, disse que seu país não poderá pagar a dívida externa nos prazos determinados e nos termos em que estão fixados.

Os países do Terceiro Mundo, assinalou, "não poderão pagar suas dívidas externas porque é impossível nos termos e nos prazos em que estão definidos". Alfonsín condenou a "miopia" dos círculos de poder mundial e censurou "a conduta dos que nos impedem de produzir para pagar", porque então "não se trata do legítimo direito de cobrar, mas, sim, de manter alguma forma de domínio baseada na exploração dos povos".

OPINIÃO DE CLAUSEN

O presidente do Banco Mundial (Bird), A. W. Clausen, disse ontem que os países em desenvolvimento também participarão da recuperação econômica mundial, mas com um requisito: que orientem suas economias para o Exterior e o comércio. Ele citou o exemplo do "cinturão do Pacífico", onde países como Coréia, Malásia, China e Índia "tiveram, em 1983, um crescimento econômico médio de 6,5%, quase três vezes superior ao das nações industrialmente avançadas".